



PARECER CONCLUSIVO

ÓRGÃO PÚBLICO CONVENIENTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**

ENTIDADE CONVENIADA: **ASSOCIAÇÃO RENASCER**

CNPJ: **01.329.836/0001-05**

RESPONSÁVEL (IS) PELA ENTIDADE: **MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA**

Nº DO CONVENIO: **013/2015**

EXERCÍCIO: **2014**

VALOR DO CONVÊNIO: **R\$ 63.300,00 (Sessenta e três mil e trezentos reais)**

VALOR DO REPASSE: **R\$ 63.300,00 (Sessenta e três mil e trezentos reais)**

Atestamos para fins de comprovação da aplicação dos recursos transferidos à Entidade acima, nos termos do artigo 370 das instruções nº 002/2008 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que:

I – A Entidade está localizada à Rua Papa Paulo VI, nº 222 Vila Cabral, no município de Registro/SP e encontra-se em regular funcionamento. Conforme estabelece o artigo 4º do estatuto social são as seguintes as finalidades da entidade:

- 1) Promover a assistência social;
- 2) Desenvolver a integração de diversos profissionais para fornecer suporte aos dependentes químicos;
- 3) Desenvolver programas de prevenção e combate às drogas;
- 4) Desenvolver programas de recuperação e reinserção social dos dependentes químicos;
- 5) Promover o voluntariado;
- 6) Organizar treinamentos, palestras, seminários, eventos e cursos especiais;
- 7) Desenvolver programas de preparação e atualização profissional;
- 8) Desenvolver programas, estágios, estudos, projetos, extensão e pesquisas em parceria com faculdades, universidades, escolas técnicas e profissionalizantes;
- 9) Desenvolver novos modelos experimentais não lucrativas de produção, comércio, emprego e credito;
- 10) Integrar programas com o setor governamental;
- 11) Organizar estágios e pesquisas;
- 12) Assessorar e integrar com demais instituições do terceiro setor e comunidade;
- 13) Desenvolver programas de atendimento à família dos dependentes químicos;
- 14) Manter unidades de atendimento e de internação;
- 15) Fornecer suporte, assistência e orientação aos dependentes químicos;
- 16) Desenvolver programas pedagógicos para escolas na prevenção ao uso das drogas;
- 17) Desenvolver programas especiais para jovens crianças e adolescentes;
- 18) Organizar e administrar núcleos de atendimento e oficinas de produção.

II – Recebemos a Prestação de Contas, nos prazos regulamentares. Não houve aplicação de sanções, considerando a devida comprovação para a finalidade conveniada;

III – Datas dos repasses concedidos e das respectivas prestações de contas:

REPASSE CONCEDIDO		PRESTAÇÃO DE CONTAS
DATA	FONTE DE RECURSO	DATA
29/01/2015	MUNICIPAL	23/02/2015

26/02/2015	MUNICIPAL	27/03/2015
01/04/2015	MUNICIPAL	24/04/2015
28/04/2015	MUNICIPAL	19/05/2015
26/05/2015	MUNICIPAL	29/06/2015
07/07/2015	MUNICIPAL	28/07/2015
11/08/2015	MUNICIPAL	21/08/2015
01/09/2015	MUNICIPAL	28/09/2015
14/10/2015	MUNICIPAL	27/10/2015
10/11/2015	MUNICIPAL	10/12/2015
15/12/2015	MUNICIPAL	18/12/2015
28/12/2015	MUNICIPAL	18/01/2015

IV – Apresentamos no quadro abaixo os valores transferidos, identificando numero, data e valor da respectiva nota de empenho, por fonte de recurso:

Nº DO EMPENHO	DATA DO EMPENHO	FONTE DE RECURSO	VALOR DO EMPENHO	VALOR TRANSFERIDO
974/000	22/01/2015	MUNICIPAL	R\$ 5.275,00	R\$ 5.275,00
1471/0001	11/02/2015	MUNICIPAL	R\$ 5.275,00	R\$ 5.275,00
1471/002	27/03/2015	MUNICIPAL	R\$ 5.275,00	R\$ 5.275,00
1471/003	24/04/2015	MUNICIPAL	R\$ 5.275,00	R\$ 5.275,00
1471/004	18/05/2015	MUNICIPAL	R\$ 5.275,00	R\$ 5.275,00
1471/005	03/07/2015	MUNICIPAL	R\$ 5.275,00	R\$ 5.275,00
1471/006	06/08/2015	MUNICIPAL	R\$ 5.275,00	R\$ 5.275,00
1471/007	24/08/2015	MUNICIPAL	R\$ 5.275,00	R\$ 5.275,00
1471/008	08/10/2015	MUNICIPAL	R\$ 5.275,00	R\$ 5.275,00
1471/009	09/11/2015	MUNICIPAL	R\$ 5.275,00	R\$ 5.275,00
1471/010	14/12/2015	MUNICIPAL	R\$ 5.275,00	R\$ 5.275,00
1471/011	14/12/2015	MUNICIPAL	R\$ 5.275,00	R\$ 5.275,00
TOTAL			R\$ 63.300,00	R\$ 63.300,00

V – Os rendimentos de aplicação financeira estão abaixo especificados:

MÊS	VALOR
FEVEREIRO/2015	- R\$ 4,26
MARÇO/2015	R\$ 2,75
ABRIL/2015	R\$ 1,39
MAIO/2015	R\$ 5,08
JUNHO/2015	R\$ 4,42
JULHO/2015	R\$ 2,19
AGOSTO/2015	R\$ 2,43
SETEMBRO/2015	R\$ 4,89
OUTUBRO/2015	R\$ 2,92
NOVEMBRO/2015	R\$ 4,42
DEZEMBRO/2015	R\$ 3,23
JANEIRO/2016	- R\$ 0,36
TOTAL	R\$ 29,10

VI – Abaixo os valores aplicados no objeto do repasse e não houve glosas, conforme quadro abaixo:

DATA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	VALOR NÃO UTILIZADO	VALOR APLICADO
23/02/2015		R\$ 5.275,00
27/03/2015		R\$ 5.275,00

24/04/2015		R\$ 5.275,00
19/05/2015		R\$ 5.275,00
29/06/2015		R\$ 5.275,00
28/07/2015	R\$ 312,72	R\$ 4.962,28
21/08/2015	R\$ 46,20	R\$ 5.228,80
28/09/2015	R\$ 130,00	R\$ 5.145,00
27/10/2015		R\$ 5.275,00
10/12/2015		R\$ 5.275,00
18/12/2015		R\$ 5.275,00
18/01/2015		R\$ 5.275,00
TOTAL	R\$ 488,92	R\$ 62,811,08

VII – Não houve devolução de valor glosado.

VIII – Houve devolução de saldo não utilizado no valor de R\$ 488,92 (Quatrocentos e oitenta e oito reais e noventa e dois centavos). Tal valor foi devolvido pela Entidade através de depósito do dia 16/03/2016 sob nº 550.492.000.025.497;

IX- O item IX do artigo 370 das Instruções Normativas 002/2008 não se aplica a repasse a entidades do Terceiro Setor;

X - Constitui objeto deste convênio o desenvolvimento, pelos partícipes, de atividades destinadas à prestação de serviços assistenciais compreendidos na área do adolescente, de ambos os sexos, na faixa etária de 12 a 18 anos incompletos, e jovem de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto de Prestação de Serviço a Comunidade e seus familiares, objetivos e diretrizes da LOAS e na conformidade da Política Municipal de Assistência Social, do Plano Municipal de Assistência Social e do Plano de Trabalho que constitui parte integrante deste Convênio. A opção pelo conveniamento no presente caso se justifica por se revelar a forma mais vantajosa de prestação de serviços de interesse público na área de atuação em questão, sob o prisma da relação custo-benefício entre os fins alcançados e os recursos empregados para tanto, observando, assim, o princípio da economicidade. Registramos, também, que todos os valores que constam do Plano de Trabalho expressam e comprovam a execução das ações propostas. No que diz respeito aos quantitativos de cada bem e serviço que consta do Plano de Trabalho, esclarecemos que foram analisados pela equipe técnica competente deste ente, que confirmou que a execução do objeto efetivamente demanda o uso de bens e serviços naquelas exatas quantidades. Considerando à excepcionalidade desta opção para formar o vínculo de cooperação, visto que o SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE (PSC), preconizado na Lei nº 8742 do SUAS, se faz necessário para que o Município possa atender aos serviços tipificados da Assistência Social. O critério de escolha do convênio se deu por conta do município não ofertar esse serviço.

As atividades a serem executadas pela Entidade:

- Realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais;
- Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional;
- Estabelecer contratos com o adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o período de cumprimento da medida socioeducativa;
- Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias;
- Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;
- Fortalecer a convivência familiar e comunitária

Atestamos, portanto, a adequação e real necessidade dos gastos previstos no Plano de Trabalho.

XI – Houve o cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria;

XII – Houve a regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestados pela Secretaria Gestora e pelo Controle Interno do Município, com exceção das ocorrências citadas no item XIV;

XIII - O item IX do artigo 370 das Instruções Normativas 002/2008 não se aplica a repasse a entidades do Terceiro Setor;

XIV – Os recursos foram aplicados em conformidade com o objeto do repasse. Quanto ao estabelecido no respectivo Plano de Trabalho e de Metas, houve Parecer Favorável com Ressalvas na prestação de contas do repasse da 5ª, 6ª, 7ª, 9ª, 10ª, 11ª e 12ª parcelas em virtude de descumprimento do prazo da prestação de contas e das despesas pactuadas no plano de trabalho;

XV – Os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, o tipo de repasse, o número do convênio e o órgão repassador do recurso a que se referem.

XVI – Houve a regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas.

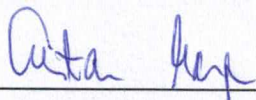
XVII - Foram atendidos os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

XVIII - A existência e o funcionamento regular do Controle Interno do Município, cujo responsável é o Senhor Ricardo Ferreira Hiraide, portador do CPF nº 215.917.248-05.

CONCLUSÃO

Em face de todo o exposta acima, emitimos **PARECER CONCLUSIVO FAVORÁVEL COM RESSALVA** à Prestação de Contas ora apresentada.

Registro, 31 de março de 2016.



CRISTIANE MARQUES

Secretária Municipal de Assistência Des. Social e Economia Solidária



RICARDO FERREIRA HIRAIDE

Diretor do Depto. Do Controle Interno da Prefeitura Municipal de Registro



GILSON WAGNER FANTIN

Prefeito Municipal de Registro